



Este catálogo foi publicado por ocasião da exposição na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, de 26 de maio a 31 de julho de 2026.



Apoio Institucional



Apoio



Patrocínio Master



Patrocínio



Produção



Ministério da Cultura
apresenta

Curadoria
Ronaldo Barbosa

Pesquisa histórica
Adriana Pereira Campos
João Gualberto
Vasconcellos
Kátia Sausen da Motta
Vinicius Borges

Artistas
Ana Luzes
Andreia Falqueto
Bola
Carlo Schiavini
Elvys Chaves
Lando
Re Henri
Rick Rodrigues
Sandro Novaes

Vitória / ES
2026



Transparência que se estende ao passado

Poucas instituições acompanham tão de perto a construção de um Estado quanto o Poder Legislativo. É na Assembleia Legislativa do Espírito Santo que diferentes vozes, visões e interesses se encontram há mais de 190 anos para debater caminhos, enfrentar desafios e ajudar a definir os rumos do desenvolvimento capixaba.

Por compreender a importância dessa trajetória, esta Casa reconhece que transparência não se limita aos atos do presente, mas se estende também ao cuidado com a memória pública e à preservação dos registros históricos que pertencem à sociedade capixaba.

A partir desse compromisso, realizamos, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, um amplo trabalho de organização e digitalização de nosso acervo histórico, fortalecendo a preservação da memória pública e ampliando o acesso da população a documentos fundamentais da nossa vida política e institucional.

190 Caminhos da Cidadania é a expressão concreta desse compromisso com a transparência, ao transformar memória em experiência e história em presença viva diante dos olhos de cada visitante. Ao mesmo tempo em que abre as portas da Assembleia para artistas contemporâneos convidados a refletir sobre valores que devem permanecer como princípios desta Casa.

Quando uma instituição organiza sua história, amplia o acesso ao conhecimento e valoriza sua própria memória, ela não apenas preserva o passado, mas ajuda toda uma sociedade a compreender melhor sua identidade e a construir, com mais consciência, o seu futuro.

Congresso Legislativo reunido em sessão solene presidida por Júlio Pereira Leite, realizada no recém-inaugurado Palácio Domingos Martins (atual Casa da Música Sônia Cabral). Data: 1913. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 201.



O Parlamento que construiu o Espírito Santo

Esta exposição é o ponto de chegada de três anos de um projeto que nasceu de uma convicção: a de que uma Casa Legislativa forte se constrói com memória, parcerias e aprimoramento institucional.

12 de agosto de 1834: os capixabas descobriram que quando todos podem falar, o que se ouve é a voz da cidadania. Desde então, a Assembleia Legislativa tem sido o palco onde essa voz se transforma em leis, políticas públicas e conquistas que fizeram do Espírito Santo referência nacional em desenvolvimento, inclusão e justiça social.

Os 190 anos da Assembleia nos desafiaram a construir um calendário colaborativo — e foi o que fizemos. Em parceria com instituições dos três Poderes, universidades e entidades da sociedade civil, organizamos as atividades em três eixos: preservação da memória histórica e cultural, formação educacional e acadêmica, engajamento e participação cidadã. Esta exposição reúne o acervo que documenta essa trajetória — do primeiro ato à transformação constante.

25 de maio de 2026: esta exposição entrega aos capixabas a memória do que o Parlamento fez pelo progresso do Espírito Santo.

Mais do que celebrar o passado, esta mostra celebra o que a Assembleia representa: o encontro entre a história e o futuro, entre a tradição e a inovação, entre os 30 deputados que fazem o Parlamento funcionar e os mais de 4 milhões de capixabas que eles representam.

Que os próximos 190 anos encontrem esta Casa tão dedicada ao seu povo quanto sua história demonstra.

Congresso Legislativo reunido em sessão por ocasião do reconhecimento do Presidente do Estado, Marcondes Alves de Souza. A sessão ocorreu no prédio do Congresso localizado na rua Muniz Freire. Data: 2 de março de 1912. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 031.

Sessão de 10 de Junho de 1835

Presidência de Sr. Chaves

a. chamada, achando-se presentes Sr. D.
Presidente da Câmara e Sr. D. Nogueira e
Sr. D. Deputado Francisco Pinto Amaro e
Sr. D. Pereira Duarte Barrios, e Joaquim da Silva
haviam na sala immediata para tomar assento;
a Comissão de Pedros, que interpoz o seu parecer
tarem legaes: o Sr. Presid. poz em discussão o
mão approvado; em consequencia do que o
introduzido a Sala das Sessões, onde prostrou
seus autos. Logo depois foi
do Sr. Presid. da Província, o Sr. Presid. da
Câmara nomeada p. o sr. recôr, e o introduzir
Sessões. O mesmo Sr. Presid. tomou assento.
Regimento e les perante a Assembleia o sr.
O que feito se retirou com as formalidades
Regimento. Concluido o acto da Sessão

A Assembleia Legislativa e a construção do Espírito Santo: 190 anos de história

A exposição *190 Caminhos da Cidadania* apresenta ao público um amplo panorama da trajetória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, articulando passado, presente e futuro em uma narrativa que evidencia o papel da representação política na formação da sociedade capixaba. Fruto de uma pesquisa histórica desenvolvida ao longo de mais de 14 meses, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, a investigação reuniu documentos, imagens e registros que permitem compreender como decisões, debates e ações institucionais contribuíram para moldar o desenvolvimento do Estado, do século XIX até a redemocratização. O percurso expositivo abrange o período histórico de 1834 a 1989, ano da promulgação da Constituição Estadual, marco que consolidou novos fundamentos institucionais e democráticos no Espírito Santo.

A iniciativa organizou e sistematizou o acervo histórico referente ao período de 1829 a 1930, ampliando a análise até a Assembleia Constituinte de 1989.

A exposição tem início no contexto de criação das Assembleias Provinciais, estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834, marco fundamental para a descentralização do poder no Império e para o surgimento de espaços legislativos nas províncias. No Espírito Santo, a primeira sessão da Assembleia ocorreu em 30 de janeiro de 1835, e a instalação dos trabalhos legislativos ocorreu no dia 1º de fevereiro, após um processo de mobilização política local, o que evidenciou o interesse das elites provinciais em participar da condução dos assuntos públicos.

Não obstante, a instalação do Parlamento não se limitou à atuação dessas elites. As camadas populares

Ata da sessão de Instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 1 de fevereiro de 1835. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 03. Nº 25.



Integrantes da equipe do núcleo histórico da Universidade Federal do Espírito Santo no Laboratório de História, Poder e Linguagem da UFES. Da esquerda para a direita de quem vê: Leticia Franco, Katia Motta (Coordenadora), Carolina Menconi e Vinícius Borges. Data: Não informado. Autor: Não identificado.



também estiveram presentes e atuantes, disputando o espaço institucional por meio de suas próprias formas de intervenção. É emblemático, nesse sentido, o caso da alforriada Vicência, que, em março de 1835, se insurgiu contra um juiz de órfãos, acusado de lhe ter subtraído parte de sua herança, valendo-se de uma petição encaminhada às autoridades competentes.

As primeiras sessões, realizadas no Palácio do Governo, marcaram o início da experiência parlamentar capixaba e foram fundamentais para a organização institucional da província. Ao longo do século XIX, a Assembleia consolidou-se como espaço de formulação de políticas públicas e de mediação de conflitos, refletindo as tensões e contradições de uma sociedade marcada pela escravidão e pela limitação dos direitos políticos. Os primeiros projetos discutidos pelos deputados já indicavam preocupações com a segurança, a organização administrativa e a ocupação territorial.

Durante o período imperial, a atuação parlamentar também se destacou em temas como a educação, a produção do conhecimento e a organização do território. Iniciativas como a criação de escolas, o incentivo à educação feminina e a elaboração do Dicionário Histórico e Estatístico da Província do Espírito Santo demonstram a preocupação com a formação intelectual e com a construção de uma identidade regional. Ao mesmo tempo, projetos voltados à abertura de estradas e ao povoamento do interior revelam uma visão estratégica de desenvolvimento baseada na integração territorial e na expansão econômica.

Com a Proclamação da República, em 1889, a Assembleia foi temporariamente interrompida e retomada em 1890 como Congresso Legislativo. Esse novo período foi marcado por intensos debates sobre a organização do Estado, incluindo episódios que evidenciam disputas políticas e projetos divergentes, como a proposta de anexação do Espírito Santo a Minas Gerais, rapidamente rejeitada em defesa da autonomia estadual. Ao mesmo tempo, consolidaram-se iniciativas voltadas à modernização econômica, especialmente por meio da ampliação da infraestrutura de transportes, incluindo estradas, ferrovias e portos.

No início do século XX, a modernização urbana de Vitória e a construção de novas sedes do Parlamento expressaram as transformações políticas e simbólicas do período republicano. A edificação do Palácio Domingos Martins, inaugurado em 1912, representou, por um lado, a afirmação de uma nova

identidade urbana e política, alinhada aos ideais de progresso e modernidade; por outro, sua implantação implicou a demolição da secular Igreja da Misericórdia, evidenciando as tensões entre a renovação urbana e o apagamento de referências históricas.

Ao longo de sua trajetória, a Assembleia contou com a atuação de 860 parlamentares, cujas experiências expressam a diversidade de grupos sociais e as demandas históricas de cada período. Entre essas trajetórias, destacam-se figuras como Clímaco Barbosa, um dos expoentes da luta abolicionista no Brasil; José Coelho dos Santos, parlamentar negro na Casa; José de Melo Carvalho Muniz Freire, protagonista na organização política da Primeira República no Espírito Santo; Mário Gurgel, presidente negro da instituição; e Judith Leão Castello Ribeiro, que marcou a inserção feminina no Parlamento estadual.

Do ponto de vista numérico, entretanto, evidencia-se uma assimetria expressiva: de 860 parlamentares, apenas 17 eram mulheres, o que revela a persistente sub-representação feminina na história política da instituição.

A trajetória do Legislativo não se desenvolveu de forma linear, atravessada por momentos de instabilidade política. Entre eles, destacam-se a crise de 1916, no contexto da Revolta de Xandoca, o fechamento do Congresso Nacional durante o Estado Novo (1937-1945) e, mais tarde, a ditadura civil-militar (1964-1985), quando mandatos parlamentares foram cassados. Em conjunto, tais episódios revelam os limites institucionais da representação política e os desafios recorrentes à consolidação da democracia no Brasil.

Cumprе destacar que a atuação parlamentar foi decisiva na construção da infraestrutura que sustentou o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. Desde o século XIX, com a abertura de estradas e a construção de pontes, até o século XX, com a consolidação de redes rodoviárias e ferroviárias, bem como a modernização do Porto de Vitória, o Legislativo exerceu um papel ativo na formulação de políticas públicas voltadas à integração territorial e à ampliação dos circuitos de circulação de pessoas e mercadorias. Empreendimentos como a Estrada de Ferro Caravelas, a Ferrovia Sul do Espírito Santo e a Estrada de Ferro Vitória a Minas ilustram essa atuação contínua, evidenciando o papel do Poder Legislativo na mediação entre interesses econômicos, o ordenamento territorial e os projetos de modernização.

A partir da década de 1940, o investimento em infraestrutura ganhou maior intensidade, com a expansão da malha rodoviária e o início da pavimentação, consolidando antigas demandas discutidas desde o período provincial. Rodovias como a BR-101 e a BR-262 transformaram a dinâmica econômica do Estado, conectando o litoral ao interior e integrando o Espírito Santo ao restante do país. Esse processo foi acompanhado de debates legislativos sobre o planejamento, a manutenção e a expansão dessas vias.

O percurso apresentado na exposição culmina na Constituição Estadual de 1989, elaborada no contexto da redemocratização brasileira. Resultado de um processo participativo, o novo texto constitucional ampliou direitos, fortaleceu mecanismos de controle democrático e reafirmou o papel do Estado na promoção do desenvolvimento e da inclusão social. Esse momento marca o encerramento de um ciclo histórico e também a abertura de novas possibilidades para a atuação política e institucional no Espírito Santo.

Assim, a exposição 190 Caminhos da Cidadania convida o visitante a compreender a história da Assembleia Legislativa como parte inseparável da história do próprio Estado. Mais do que uma sucessão de fatos, trata-se de uma trajetória construída por diferentes atores, marcada por avanços e contradições e orientada pela busca contínua de representação, direitos e desenvolvimento. Ao percorrer essa narrativa, o público é convidado a reconhecer que a democracia não é um ponto de chegada, mas um processo em construção permanente, que depende da participação e do compromisso coletivo com o futuro.



A Reinvenção do Olhar

Arte contemporânea e novas narrativas para os 190 anos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Ao completar 190 anos de existência, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), por meio da exposição *190 Caminhos da Cidadania*, reafirma seu papel como um dos principais espaços de construção da vida pública capixaba. Lugar de debates, decisões e formulação de leis que atravessam o cotidiano da sociedade, esta Casa Legislativa também guarda uma história marcada pela participação cidadã, pela construção democrática e pela memória política do Estado.

A exposição propõe olhar para essa trajetória a partir de uma narrativa distinta daquela que tradicionalmente define o espaço legislativo. Se, no cotidiano, a Assembleia é reconhecida como lugar de deliberação política e tomada de decisões, aqui ela se apresenta também como território de reflexão sensível, conhecimento e informação, onde a arte contemporânea oferece outras formas de perceber o tempo, a memória e os valores que estruturam a vida coletiva.

Ao abrir suas portas para esta experiência, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo demonstra não apenas respeito por sua história, mas também uma postura de abertura ao contemporâneo, acolhendo novas narrativas sobre si mesma. A mostra estabelece um diálogo entre o acervo artístico da instituição — formado por pinturas, esculturas e relevos em madeira e metal que, ao longo do tempo, passaram a integrar seus espaços — e obras contemporâneas especialmente criadas para esta ocasião.

O recorte do acervo apresentado nesta exposição reúne obras de onze artistas acadêmicos que marcaram diferentes momentos da produção artística capixaba e brasileira: Antônio Parreiras, Adalmário Pinto, Celina Rodrigues, Carlos

Re Henri
Futuro - A revolução, 2026
90 x 90 x 50 cm.

Crepaz, César Viola, Francisco Schwarz, Levino Fanzeres, Marian Rabelo, Maria Cecília Jouffroy, Theodoro de Bona e Zavoudakis. A presença dessas obras estabelece um encontro entre tempos distintos da criação artística e contribui para construir pontes entre memória institucional e produção contemporânea.

Para celebrar os 190 anos da instituição, foram convidados nove artistas capixabas de diferentes gerações, atuando em linguagens e procedimentos diversos. Cada artista desenvolveu seu trabalho a partir de uma palavra-tema associada aos valores que atravessam a experiência democrática, criando obras que conduzem a reflexões sobre o presente. As obras foram concebidas a partir de um mesmo módulo espacial — 90 x 90 x 50 cm —, estabelecendo um campo comum de diálogo entre materiais, ideias e possibilidades.



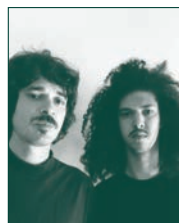
Democracia — Lando (Vitória, 1957)

Pequenos personagens, que o artista chama de “doces bárbaros”, surgem modelados em massa e apoiados em carrinhos de brinquedo ou acompanhados por animais. Reunidas, essas figuras evocam as multidões das cidades: corpos singulares que coexistem no espaço comum. A obra sugere a democracia como experiência sensível de convivência, onde diferenças, histórias e afetos se encontram e tornam visível a pluralidade da vida coletiva.



Liberdade — Erildo Ludovico “Bola” (Marechal Floriano, 1952)

A partir de materiais encontrados — madeira, caixas de frutas, ferro e pequenos objetos —, o artista constrói uma paisagem inventada, habitada por árvores negras, pássaros coloridos e flores artificiais. A espontaneidade do gesto e a diversidade de materiais revelam uma prática em que criar se torna também um modo de existir, afirmando a liberdade como força capaz de transformar o cotidiano em imaginação e poesia.



Diversidade — Carlo Schiavini & Elvys Chaves

(Vitória, 1998 / Cachoeiro de Itapemirim, 1990)

Alumínio anodizado, alumínio fundido e resina epóxi translúcida compõem um sistema em que precisão e imprevisibilidade coexistem. Enquanto o metal sugere direção e estrutura, a resina transparente atua como elemento de ligação entre partes distintas. A obra transforma a diversidade em princípio estrutural, revelando que é do encontro entre diferenças que surge equilíbrio e potência coletiva.



Transparência — Sandro Novaes (Vila Velha, 1976)

Linhas semitransparentes se cruzam, formando uma trama instável de visibilidade. Nesse ambiente, emergem duas formas esféricas — uma íntegra e outra incompleta —, sugerindo estruturas em permanente construção. A obra propõe pensar a transparência não como estado fixo, mas como processo contínuo em que o visível se constrói entre aquilo que já se revela e aquilo que ainda está por se formar.



Legado — Andreia Falqueto (Vitória, 1985)

A artista revisita uma fotografia escolar do Espírito Santo registrada na década de 1920 e a coloca em diálogo com crianças do presente. Ao tensionar passado e contemporaneidade, o trabalho revela o legado como processo vivo de transmissão entre gerações, onde memória, educação e pertencimento continuam a se transformar ao longo do tempo.



Futuro — Re Henri (Vitória, 1989)

Partindo de um dado histórico da Assembleia Legislativa do Espírito Santo — onde apenas 1,98% das posições de poder foram ocupadas por mulheres desde 1835 —, a artista cria objetos tridimensionais que ressignificam elementos existentes. Ao destacar a presença de 17 deputadas ao longo dessa trajetória, a obra chama atenção para a ainda reduzida participação feminina na política e aponta para novas possibilidades de transformação e futuro.



Memória — Rick Rodrigues (João Neiva, 1988)

Sobre um tecido de algodão cru bordado à mão aparece uma interpretação sensível da planta do edifício da Assembleia Legislativa. Espalhadas sobre o bordado, dezessete pequenas cadeiras de madeira evocam simbolicamente as mulheres que ocuparam assentos como deputadas estaduais. O trabalho transforma o gesto do bordado em exercício de memória e homenagem, refletindo sobre presença, representação e história.



Cidadania — Ana Luzes (Vitória, 2000)

A partir de um olhar generoso sobre o humano, a artista registra cenas do cotidiano nas comunidades capixabas. Suas fotografias revelam gestos de convivência, juventude e pertencimento, mostrando que a cidadania também se constrói nos territórios periféricos, onde memória, vida coletiva e esperança produzem novos caminhos para o futuro.

Entre escultura, fotografia, pintura, objetos e experimentações materiais, cada artista oferece uma interpretação singular desses conceitos. Mais do que representar diretamente essas palavras, as obras as transformam em experiências sensíveis, aproximando o visitante de reflexões sobre convivência, memória, participação, cidadania, coletividade e pertencimento.

Outro eixo fundamental desta iniciativa é seu programa educativo, por meio do qual estudantes e jovens são convidados, através de visitas mediadas e materiais didáticos especialmente preparados, a conhecer a história da Assembleia, compreender o funcionamento do Poder Legislativo e reconhecer a importância da participação cidadã na vida pública.

Ao percorrer a exposição, muitos desses jovens entram em contato, talvez pela primeira vez, com o funcionamento desta instituição e com os valores que sustentam a vida democrática. Alguns deles, em um futuro próximo, poderão ocupar cadeiras neste parlamentoParlamento, participando diretamente das decisões que moldarão os caminhos do Estado.

A mostra apresenta ainda um conjunto de documentos, fotografias e registros históricos que percorrem momentos significativos da trajetória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo desde sua criação, em 1834. Esses materiais revelam episódios, personagens e acontecimentos que ajudam a compreender a evolução política e institucional do Estado.

Como parte dessa narrativa expositiva, o público encontra também uma projeção audiovisual de aproximadamente 21 metros de extensão, que percorre imagens e acontecimentos marcantes da história da Assembleia. Esse percurso visual conduz simbolicamente o visitante até o plenário da instituição, espaço onde são realizadas as sessões legislativas e onde se concretiza, cotidianamente, o exercício da democracia.

Ao abrir suas portas para a juventude capixaba, a ALES reafirma seu compromisso com a formação democrática das novas gerações. Conhecer a história desta instituição é também compreender o papel de cada cidadão na construção da vida pública.

Entre memória, arte e cidadania, a exposição celebra os 190 anos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, lembrando que o futuro da democracia se constrói no encontro entre conhecimento, participação e responsabilidade coletiva.



A CIDADANIA É CAMINHO

“

*Não tenho um caminho novo —
o que tenho de novo é o jeito de
caminhar.*

Thiago de Mello (1926–2022) poeta, tradutor e diplomata brasileiro.



nstalada em 1835, a Assembleia Provincial do Espírito Santo inaugurou uma nova etapa da vida política capixaba. Criada no contexto do Ato Adicional de 1834, que concedeu maior autonomia às províncias do Império, a instituição tornou-se espaço de deliberação sobre assuntos que atravessavam diretamente o cotidiano da população: estradas, pontes, agricultura, comércio, ensino público, finanças, saúde e organização administrativa.

Esse início, porém, revela também as contradições do Brasil oitocentista. O voto era restrito, excluía mulheres e pessoas escravizadas, e exigia renda mínima. Entre os 20 primeiros deputados eleitos, cinco eram padres, sinalizando a relação estreita entre política e religião no Império. A sessão inaugural foi precedida por uma missa ao Espírito Santo, celebrada pelo padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, primeiro presidente da Assembleia.

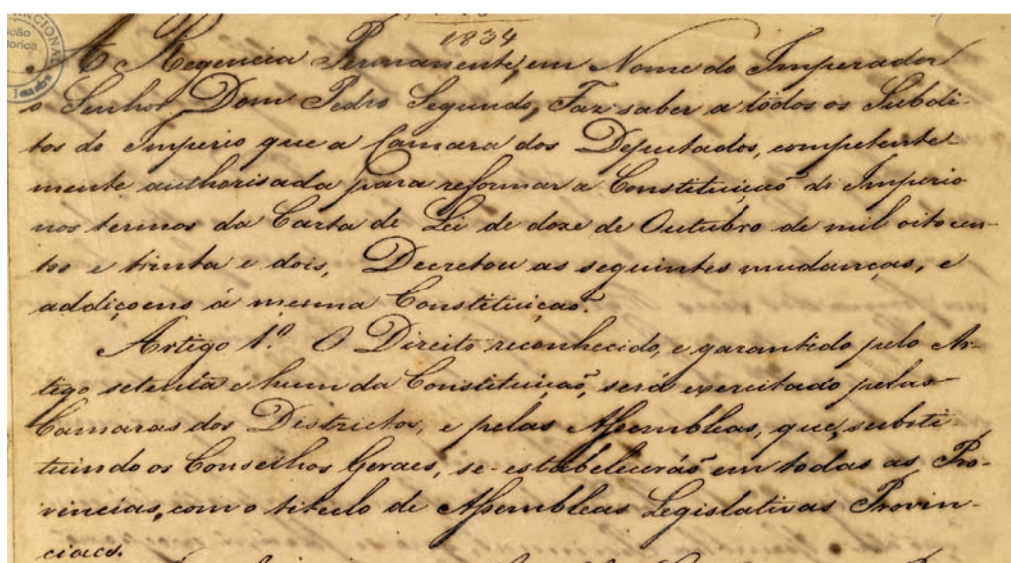
Ao mesmo tempo, o novo Parlamento não foi ocupado apenas pelas elites provinciais. Petições e demandas populares chegaram à instituição desde seus primeiros meses de funcionamento. Entre elas, destaca-se a voz de Vicência Maria, mulher negra liberta que recorreu à Assembleia em busca de justiça pela retenção indevida de bens herdados de sua mãe.

Entre cerimônias, documentos, discursos e reivindicações, o início da Assembleia revela a formação de um espaço público em construção. A cidadania, ainda limitada e desigual, começava a encontrar caminhos institucionais para se expressar, disputar direitos e participar da definição dos rumos da província.

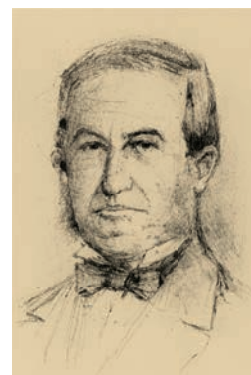
Ato Adicional e primeira eleição

Em 1834, o Ato Adicional concedeu autonomia às províncias do Império e criou as Assembleias Provinciais. No ano seguinte, em 1835, foi instalada a Assembleia Provincial do Espírito Santo, uma das primeiras do Brasil.

Ainda em 1834, o Espírito Santo realizou eleições para seus primeiros deputados provinciais. O voto era em dois graus: primeiro, elegiam-se eleitores; depois, deputados. Foram escolhidos 20 representantes, tendo Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano como o mais votado.



Trecho do Ato Adicional de 1834, em que cria as Assembleias Provinciais.
Acervo: Arquivo Nacional.



Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano. Data: Não identificada.
Autor: Não identificado.
Acervo: Revista Vida Capichaba.

Os Primeiros deputados eleitos (1835-1837):

Ayres Vieira de Albuquerque Tovar
Dionysio Álvaro Rezendo
Capitão-mor Francisco Pinto
Homem de Azevedo
Pe. Francisco Ribeiro Pinto
Cel. Ignácio Pereira Duarte Carneiro
Pe. Ignácio Félix de Alvarenga Salles
Joaquim da Silva Caldas
Pe. João Clímaco de Alvarenga Rangel
Pe. João Luiz da Fraga Loureiro
João Nepomuceno Gomes Bittencourt
José de Barros Pimentel
Cel. José Francisco de Andrade
e Almeida Monjardim
Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano
Manoel da Silva Maya
Pe. Manoel d'Assunção Pereira
Manoel de Moraes Coutinho
Manoel de Siqueira e Sá Júnior
Manoel Pinto Rangel e Silva
Miguel Rodrigues Batalha
Cel. Sebastião Vieira Machado



Vista do Palácio do Governo. Neste local, os deputados se reuniram em 1835 para dar início a Assembleia Provincial. Data: Não informada. Autor: Não identificado. Acervo: Coleções Especiais - UFES.

“

Se o espírito público da nação tem julgado necessário que as Assembleias locais discutam a repartição dos impostos, e verifiquem as despesas das suas respectivas Províncias, e tem acreditado que a administração destas não será jamais livre e regular, senão quando oferecer uma verdadeira imagem do Governo do Estado, parece, que nada deve merecer uma tão escrupulosa atenção do que a escolha dos membros, sobre cujos ombros tem de recair uma tão importante tarefa”.

João Clímaco de Alvarenga Rangel

Trecho do discurso que o deputado João Clímaco de Alvarenga Rangel pronunciou no dia da Missa. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Primeira Sessão da Assembleia Provincial

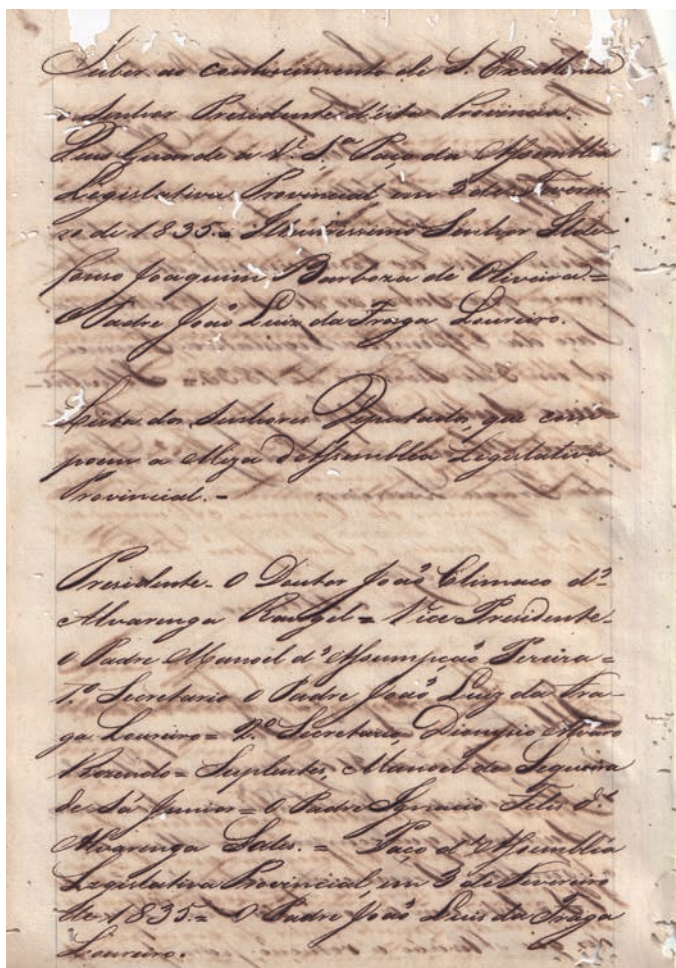
Primeira Sessão da Assembleia Provincial

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e cinco, aos trinta dias do mez de Janeiro do dito anno, nesta Cidade de Victoria, Capital da Provincia do Espirito Santo, reunidos os Senhores Deputados para a Instauração da Assembleia Legislativa desta mesma Provincia na Sala destinada para os seus trabalhos, achando-se presentes os Senhores Deputados, cujo numero verificou-se sufficiente para haver Sessão, na forma da Constituição Art.º 18, foram nomeados para esta Sessão Copiamente por aclamação o Senhor Raimundo Antonio Gomes da Alvaranga Mangel para Presidente, o Senhor Reverendo Ignacio Felix de Alvaranga Sales para Secretario: feito o que apresentaram os Senhores Deputados presentes os seus Diplomas, cuja legalidade foi examinada por duas Comissões, que nesta occasião occorriam, foram nomeados por acclamação os Senhores Raimundo Antonio Gomes da Alvaranga Mangel, que obteve sete votos, do Senhor Alvaro Nogueira de Nova Fran- cisco Ribeiro Pinto, que obteve seis, e do Senhor Manoel de Moraes Coutinho, que obteve quatro: cujos Senhores foram encarregados de examinar os Diplomas de todos aquelles, que mais se lhes nomeados para elle: e a segunda composta do Senhor João de Barros Pinheiro, que obteve sete votos, do Senhor Reverendo Manoel de Alvaranga Mangel, que obteve seis, e do Senhor Manoel Ribeiro Mangel, que obteve cinco, que também obteve seis: cujos Senhores foram en-

Ata da Primeira Sessão Preparatória da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 30 de janeiro de 1835. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 03. N° 25.

[illegible]

Ata da sessão de Instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 1 de fevereiro de 1835. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 03. Nº 25.



Primeiro documento a organizar o funcionamento do Legislativo capixaba, definindo regras, procedimentos e a estrutura inicial dos trabalhos parlamentares.

Regimento Interno de 1837 da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 14. Nº 33.

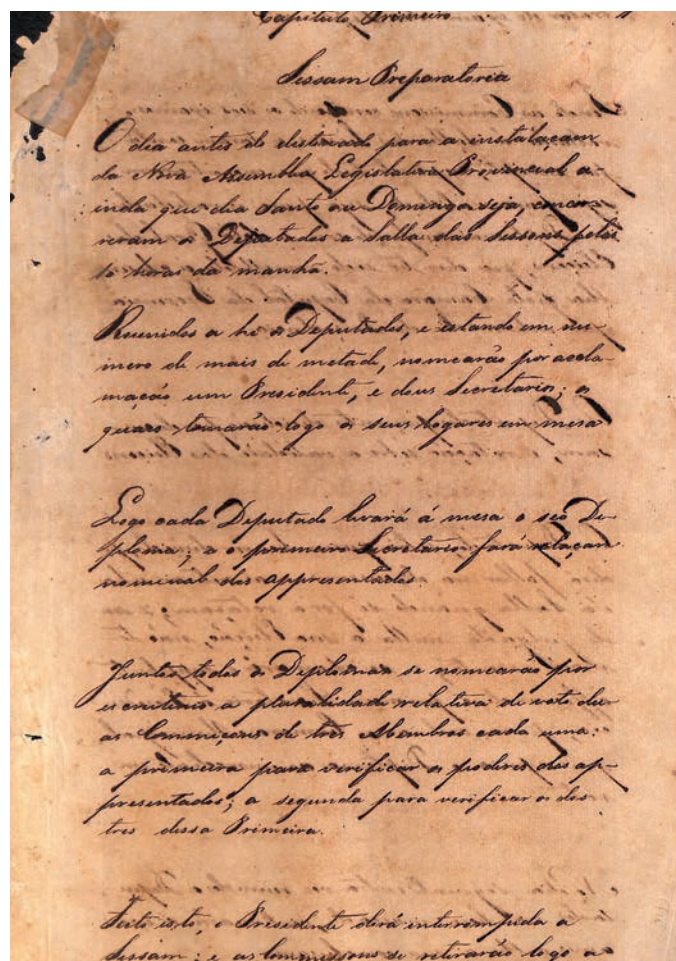
Ofício enviado pela Assembleia Provincial ao Presidente da Província, no dia 3 de fevereiro de 1835, informando quais deputados formavam a Mesa Diretora da Casa. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 07. Nº 8.

Presidente:
Pe. João Clímaco de Alvarenga Rangel

Vice-Presidente:
Pe. Manoel d'Assunção Pereira

1º Secretário:
Padre João Luiz da Fraga Loureiro

2º Secretário:
Dyonísio Álvaro Rezendo



Memoria da Justica
Civil em 5 de Março de 1835

35

Vicencia Maria, presta for-
ra, prestada perante essa Assembleia, com
quinta-se de sua d'Orphan, do Valle
do Espirito Santo, e o motivo de sua queixa
consiste no que vai expor.

Salvando da vida, presente minha
mãe Maria, e virava esta varios
bens de cujos se procede inventario por
a qual seio d'Orphan, e dando-se-me
partilha, coube-me um Legado 88728
Docum. D. A. e sendo julgados e senten-
ciados, ficava d'Orphan, e virava
a dita herança, e o produto d'elles por
deposito em nome de Francisco dos Reis
Rafael, cujo produto foi adjuvado
em minha legitima. Docum. D. A. e
nao se considerava que quando se trouxa
mais d'Orphan depositaria, por mais se
mea sua praxe.

“

*Espero desse integríssimo Tribunal
de tão conhecidas perspicácias,
Justiça, e mais justiça.*

Vicência Maria, negra forra, 5 de março de 1835

Entre janeiro e fevereiro de 1835, Vicência Maria, mulher negra liberta, denunciou à Assembleia Provincial a retenção indevida de bens herdados de sua mãe. Doente e pobre, recorreu ao novo Parlamento em busca de justiça, tornando-se uma das primeiras vozes populares a alcançar a Assembleia capixaba.

Petição enviada por Vicência Maria à Assembleia Provincial, no dia 5 de março de 1835. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 28.

VOZES DO PARLAMENTO

“

*Esta Província, Sr. Presidente, está
fadada indubitavelmente para um
futuro brilhante..*

Dep. José de Mello e Carvalho Muniz Freire, 8 de agosto de 1888.



o longo de quase dois séculos, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi formada por vozes que traduziram os conflitos, os projetos e as transformações de cada época. Mais do que criar leis, o Parlamento tornou-se espaço de negociação política, de formulação de políticas públicas e de disputa sobre os caminhos do Estado.

Os temas debatidos pelos deputados revelam a amplitude dessa atuação. A educação apareceu como questão recorrente, associada à cidadania, à formação social e à participação política. No século XIX, propostas voltadas à instrução feminina e ao ensino misto indicavam avanços em meio a uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e por fortes restrições de acesso ao conhecimento.

A construção do território também ocupou lugar central na história parlamentar. A Assembleia participou de iniciativas ligadas ao mapeamento da província, à produção de conhecimento sobre o Espírito Santo e à defesa de sua soberania diante de disputas territoriais. Ao mesmo tempo, os textos constitucionais registraram momentos de abertura e de autoritarismo, de ampliação de direitos e de restrição das liberdades democráticas.

Essa trajetória não foi linear. Rupturas institucionais, cassações de mandatos, conflitos políticos e períodos de exceção revelam os desafios permanentes da democracia. A participação feminina, por sua vez, evidencia outra tensão histórica: entre mais de 860 deputados, apenas 17 eram mulheres.

Vozes do Parlamento apresenta, portanto, uma história em movimento. Uma história feita de presenças e ausências, avanços e contradições, decisões institucionais e disputas coletivas que ajudaram a moldar o Espírito Santo.



A educação foi tema central e recorrente na Assembleia, refletindo diferentes visões sobre ensino, cidadania e participação política. Em 1863, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida propôs a criação de escolas de instrução primária feminina nas vilas da província. A proposta buscava ampliar o acesso das meninas à educação em um contexto ainda marcado por fortes desigualdades de gênero.

Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim. Data: Não identificada. Autor: Octavio Paes. Acervo: Arquivo Público Municipal De Vitória.

“

Eu, pedindo que o menino seja instruído conjuntamente com a menina, creio que não dou um salto mortal; não quero ir levar o impossível entre as famílias que foram educadas segundo os preconceitos antigos; eles fiquem como estão, mas suas filhas aprontem-se para missão mais sublime, para papel mais nobre e que saibam que a sociedade vive para elas e com elas.

Clímaco Barbosa, 14 de novembro de 1868.

A defesa da emancipação feminina
O deputado Clímaco Barbosa propôs, em 1863, a criação de escolas de ensino misto nas vilas da província. A proposta visava não apenas ampliar a educação feminina, mas também romper com os padrões misóginos da época.

Quadro geral da população da paróquia de N. S. da Victoria

CONDICÕES	SEXOS	ALMAS										Baptismo	Matrimônio	Sepultamento	Mortuário	Total
		Homens	Mulheres	Infantes	Adultos	Velhos	Doentes	Indigentes	Libertos	Forçados	Outros					
LIVRES	Homens	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
ESCLAVOS	Homens	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Mulheres	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Infantes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Adultos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Velhos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Doentes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Indigentes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Libertos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Forçados	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Outros	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	Total	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

Paróquia de N. S. da Victoria

Data	Condições	Sexos	ALMAS										Baptismo	Matrimônio	Sepultamento	Mortuário	Total
			Homens	Mulheres	Infantes	Adultos	Velhos	Doentes	Indigentes	Libertos	Forçados	Outros					
1878	LIVRES	Homens	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
	ESCLAVOS	Homens	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Mulheres	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Infantes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Adultos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Velhos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Doentes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Indigentes	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Libertos	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Forçados	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Outros	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
		Total	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000

A organização do território e a defesa da soberania do Espírito Santo tiveram atuação decisiva da Assembleia Legislativa. Em 1875, a Assembleia autorizou e, em 1878, publicou o Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo, demonstrando o compromisso dos parlamentares com a produção e a circulação de conhecimento sobre a província.

Quadro Geral da População de Vitória, em 1878, presente no Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo. Data: 1878. Autor: César Augusto Marques. Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 22. N° 3.

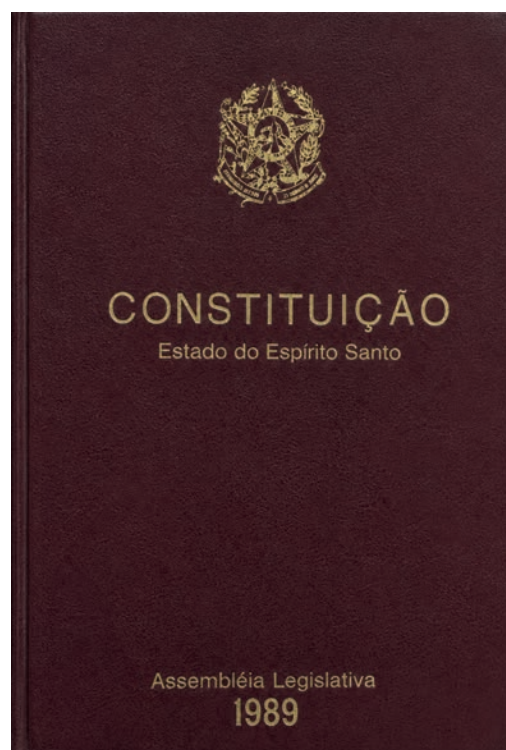


A Constituição de 1935 refletiu o domínio do Partido Social Democrata. Já a de 1947 consolidou a redemocratização, destacando Judith Leão Castelo Ribeiro, primeira deputada estadual capixaba, e Benjamin de Carvalho Campos, deputado comunista.

Data: 11 de agosto de 1935
Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Contradições constitucionais

Os textos constitucionais registram avanços institucionais, ampliação de direitos, períodos de autoritarismo, centralização do poder e restrição das liberdades democráticas.



A Constituição de 1967 alinhou o Espírito Santo às diretrizes da ditadura militar, reforçando a centralização política e o poder do Executivo. Sofreu emendas em 1971, 1972 e 1975. Já a Constituição de 1989, elaborada em Assembleia plural, marcou a redemocratização, com ampla participação popular.

Data: 5 de outubro de 1989.
Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.



Entre os 860 deputados que passaram pela Casa, apenas 17 eram mulheres, o que evidencia a desigualdade de gênero na representação política. Em 1947, as mulheres capixabas realizaram uma forte campanha que resultou na eleição da deputada Judith Leão Castello Ribeiro, que foi reeleita três vezes e ocupou quatro mandatos consecutivos entre 1947 e 1963. Houve, então, um intervalo de 20 anos sem mulheres na Assembleia até que, em 1983, a deputada Rose de Freitas foi eleita. Desde 1983, outras 15 deputadas assumiram mandatos ao longo dos anos seguintes.

Data: Não identificada. Autor: Não identificada. Acervo: Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.



Dep. Judith Leão
Castello Ribeiro



Dep. Rosilda de
Freitas



Dep. Maria da
Penha Vervloet Feu
Rosa



Dep. Brice Bragato



Dep. Maria de
Fátima Couzi



Dep. Luzia Alves
Toledo



Dep. Maria José
Vellozo Lucas



Dep. Sueli Rangel
da Silva Vidigal



Dep. Lúcia
Dornellas



Dep. Janete Santos
de Sá



Dep. Maria
Aparecida Denadai



Dep. Maria Eliana
Dadalto



Dep. Camila
Valadão



Dep. Raquel Lessa



Dep. Iriny Nicolau
Corres Lopes

A POLÍTICA COMO ESPAÇO DE CIDADANIA

“

*Cidadania não é só um direito,
é uma atitude.*

Herbert de Souza (Betinho)



Por 165 anos, a Assembleia Legislativa exerceu papel fundamental na formação do centro de Vitória, ocupando diferentes sedes entre o atual Palácio Anchieta e a região onde hoje se encontra o Fórum Criminal Desembargador José Mathias de Almeida Neto, além de uma breve passagem pela Praia de Santa Helena. Nesse percurso, acompanhou profundas transformações políticas, urbanas e demográficas.

Em 1838, Vitória contava com cerca de 4 mil habitantes. Hoje, são aproximadamente 400 mil. A cidade expandiu-se sobre praias, alagados, rios e encostas, ergueu novos edifícios e consolidou-se como centro político e administrativo do Espírito Santo.

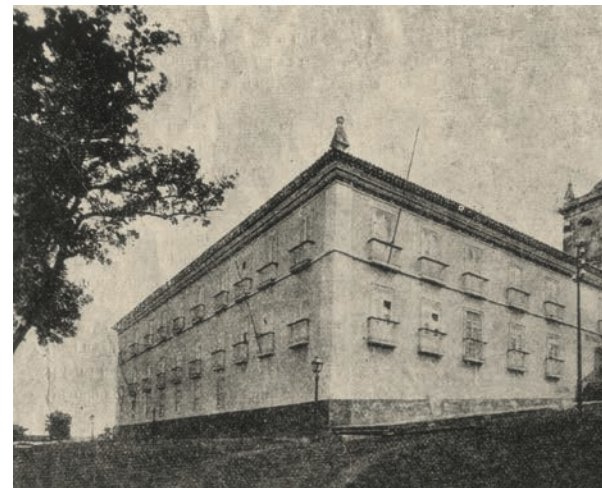
Ao mesmo tempo, a Assembleia também cresceu. As antigas salas já não comportavam o número de deputados, servidores e público assistente. Por isso, o Legislativo precisou de sede própria, edificada pela primeira vez em 1893 e, depois, transferida em 1912 para o Palácio Domingos Martins.

Quando a antiga província deu lugar a um Estado com quase 4 milhões de habitantes, cresceram também as demandas por representação e participação. Desde os anos 1980, discutia-se a construção de uma nova sede. Nos anos 1990, a Assembleia deixou o centro histórico e se transferiu para a Enseada do Suá. Esta trajetória revela como os espaços do Parlamento acompanharam as mudanças da cidade, do Estado e da própria cidadania política capixaba.



Planta da Vila de Victória. Data: 1767. Autor: José Antônio Caldas. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

- 1 Palácio do Governo
- 2 Casa de Câmara e Cadeia
- 3 Atheneu
- 4 Prédio do Governo Municipal
- 5 Edifício do Congresso Legislativo
- 6 Palácio Domingos Martins



Em 1835, as sessões da Assembleia Provincial foram realizadas em uma sala da sede do governo provincial, hoje o Palácio Anchieta. Antes, essa sala era usada pelos conselhos que precederam o parlamento provincial.

Autor: não identificado. Acervo: Coleções Especiais - UFES.





Devido à construção de um novo prédio e à inadequação da Casa de Câmara e Cadeia, o Congresso Legislativo transferiu-se temporariamente para os salões do Atheneu, atual Escola Maria Ortiz, no centro de Vitória. Ali, os deputados aprovaram posteriormente a Constituição de 1892.

Autor: Joaquim Ayres. Data: Não identificada. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.



Entre 1836 e 1889, sem condições de construir um espaço próprio, as sessões da Assembleia Provincial passaram a ocorrer no edifício da Câmara Municipal de Vitória, onde uma cadeia ocupava o andar térreo, situado na atual Rua Pedro Palácio, em frente à Escadaria Maria Ortiz.

Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: IPHAN-ES.



Em 1893, o Congresso Legislativo passou a utilizar alguns dos salões do prédio do Governo Municipal enquanto aguardava a conclusão de sua sede. Nesse local, encontra-se o atual Casarão Cerqueira Lima, sede da Biblioteca Municipal de Vitória. Data: Não identificada. Autor: não informado.

Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 358.

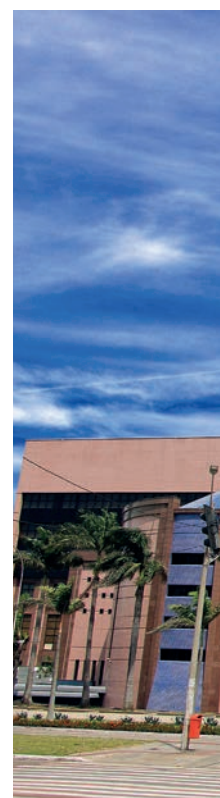


Inaugurado ainda em 1893, o parlamento capixaba concluiu a construção de sua sede, localizada na Rua Muniz Freire, onde hoje fica o atual Fórum Criminal Desembargador José Mathias de Almeida Neto. Neste prédio o Congresso Legislativo permaneceu até 1912. Sala das sessões do Congresso Legislativo do Espírito Santo, na época em que a sede era na rua Muniz Freire – atual Fórum Civil Muniz Freire. Data: 1908-1912.

Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 399.



Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Foto Clube Espírito Santo, 41.





Vista panorâmica dos edifícios que abrigaram algumas das sedes do poder legislativo. Na rua à esquerda – a atual Rua Pedro Palácios – observa-se ao fundo o prédio onde primeiro funcionou a Assembleia Provincial (atual Palácio Anchieta), enquanto que no início da mesma rua, a frente da Escadaria Maria Ortiz é possível ver o edifício que pertenceu a Casa de Câmara e Cadeia e foi utilizada pela Assembleia entre os anos 1836-1889.

Na rua paralela, hoje Rua Muniz Freire esquina com a Rua Dr. José Benjamin Costa, é possível ver o edifício que acomodou o Prédio do Congresso Legislativo entre 1893-1912, atual Fórum Criminal Des. José Mathias de Almeida Neto.

Ao fundo da imagem é possível ver a cúpula do Palácio Domingos Martins – hoje Casa da Música Sônia Cabral.

Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: Arquivo Público Municipal de Vitória.



Desde o fim dos anos de 1970, os deputados cogitavam uma mudança de sede, pois Oscar Niemeyer projetou, em fevereiro de 1980, uma nova arquitetura para a Assembleia do Espírito Santo. No entanto, apenas em 1993, iniciaram-se as obras do novo prédio, sem recorrer ao projeto do famoso arquiteto de Brasília. A mudança não apenas alterou a estrutura, muito mais ampla do que a anterior, como também deslocou a Assembleia do centro de Vitória para a Enseada do Suá, em lugar nobre da Avenida Américo Buaiz. E assim, ergueu-se um novo espaço de um dos poderes constituídos do Estado do Espírito Santo.

Data: Não identificada. Autor: Wellington Abner. Acervo: Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

CAMINHOS DA MODERNIDADE

“

*Nossa origem é um mar que não
termina, um horizonte que sempre
nos desafia a navegar.*

Bernadette Lyra

Em 190 anos de história, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo tornou-se fundamental para a modernização do Estado. Seus arquivos mostram que o progresso capixaba nasceu de intensos debates políticos, nos quais os deputados elaboraram leis, discutiram estratégias e propuseram caminhos para integrar o território, impulsionar o crescimento econômico e projetar o Espírito Santo nacional e internacionalmente.

Desde o século XIX, o Parlamento compreendeu que infraestrutura era sinônimo de futuro. Na tribuna legislativa, os deputados trataram da modernização da navegação, da abertura de estradas e da estruturação dos portos antes mesmo da consolidação do Porto de Vitória. Essas iniciativas antecipavam a conexão do Espírito Santo com circuitos comerciais mais amplos.

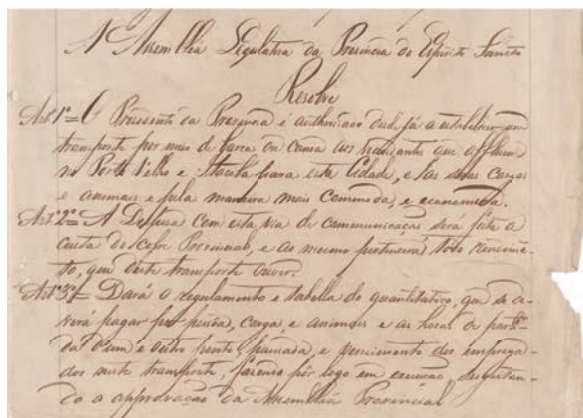
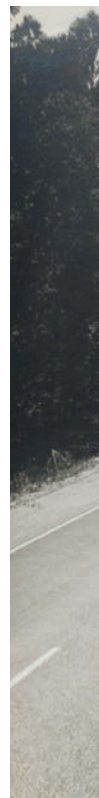
No século XX, novas decisões políticas reforçaram a vocação logística do Estado. A expansão ferroviária, a integração promovida pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, o desenvolvimento do Porto de Tubarão e a articulação rodoviária por meio das BR-101 e BR-262 consolidaram uma rede de circulação de pessoas, mercadorias e riquezas.

Revisitar essa trajetória mostra que portos, trilhos, pontes e rodovias também são frutos de decisões estratégicas do Parlamento. A história da infraestrutura capixaba evidencia o papel ativo da Assembleia nas demandas do setor produtivo e na construção de um Estado em transformação, onde democracia, território e desenvolvimento avançam juntos.



A integração entre regiões, a ocupação do interior e a conexão com outras províncias orientaram as primeiras ações do Parlamento, que, desde 1835, reconhecia nos caminhos terrestres a base do desenvolvimento capixaba. Estrada de rodagem de Cachoeiro de Itapemirim a Rio Novo.

Data: 1908. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 307.



Resolução da Assembleia Provincial do Espírito Santo, de 9 de junho de 1853.

Acervo: Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Caixa 01. Nº 2.





No século XX, antigas demandas provinciais motivaram a construção das principais rodovias que conectam o Espírito Santo. Estradas como a BR-5 e a BR-31, posteriormente absorvidas pelas atuais BR-101 e BR-262, consolidaram a ligação entre o litoral, o interior e outras regiões do país. Essas vias dinamizaram o transporte de pessoas e mercadorias, impulsionando o desenvolvimento econômico do estado. A Assembleia Legislativa atuou de forma decisiva nos debates sobre a manutenção, a ampliação e a gestão das rodovias, reafirmando sua relevância na construção e nos impactos da infraestrutura viária capixaba.

Rodovia BR 101 Araçatiba, Viana.

Data: 1975-1979. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Elcio Álvares, 540.1.



Em 1853, o deputado Manoel de Siqueira e Sá Júnior apresentou, na Assembleia Provincial, um projeto que autorizava o presidente da Província a criar um serviço regular de transporte por barcos ou canoas entre Porto Velho, Itacibá e a capital. A proposta contemplava o deslocamento de passageiros, cargas e animais, visando organizar a circulação entre localidades e garantir maior regularidade às travessias. A iniciativa revela uma preocupação precoce ao antecipar a implementação de modelos estruturados de transporte coletivo no Espírito Santo.

Grupo de pessoas embarcando no vapor Milagre após um piquenique, seguindo viagem em direção a Linhares, então pertencente ao município de Colatina. Data: 1908-1912. Autor: Não identificado. Acervo: APEES - Coleção Jerônimo Monteiro, 121.



A implantação das ferrovias marcou uma nova etapa na integração do território capixaba. Ao conectar o litoral ao interior e a outras províncias, os trilhos ampliaram a circulação de riquezas e consolidaram o Espírito Santo como parte de redes econômicas mais amplas. Ponte de Ferro em Cachoeiro de Itapemirim.

Data: Não identificada. Autor: não identificado. Acervo: Biblioteca Estadual do Estado do Espírito Santo.



A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo nasceu da iniciativa da Assembleia Legislativa, que em 1880, aprovou a Lei nº 18, autorizando a construção da linha entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, em direção a Minas Gerais.

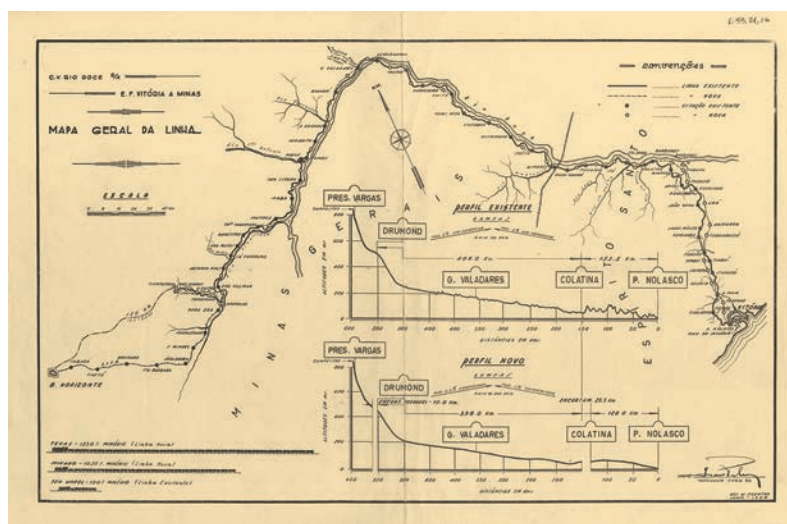
Estação Central da Leopoldina Railway, em Vitória. Data: 1913. Autor: Não informado. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.



Em 1892, o Congresso Legislativo aprovou incentivos à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que passou a ligar o litoral capixaba a Minas Gerais, tornando-se um eixo estratégico de integração econômica. A partir de 1942, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a ferrovia foi modernizada e consolidada como base para o escoamento do minério e para a inserção do Espírito Santo nos mercados nacionais e internacionais.

Locomotiva a diesel ao lado da Locomotiva a vapor. Data: 1950. Autor: Não identificado. Acervo: Museu Vale do Rio Doce.

Mapa geral da linha da estrada de ferro Vitória a Minas. Data: 1944. Autor: Companhia Vale do Rio Doce. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.





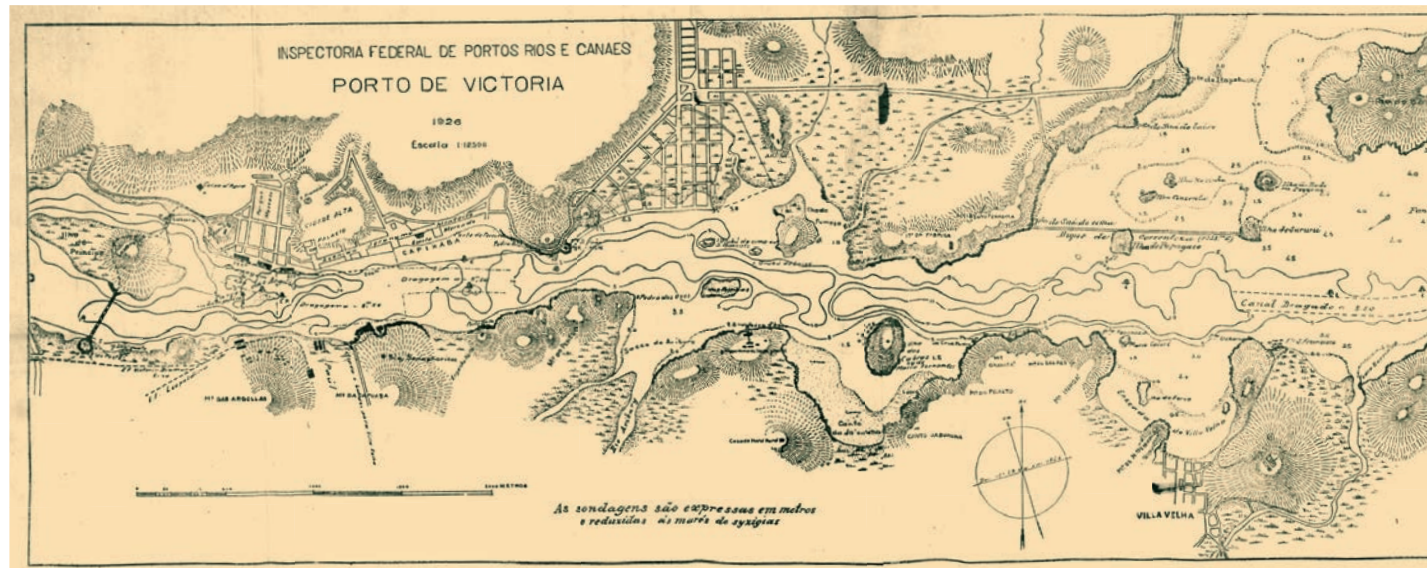
Por meio de leis, autorizações de gastos e incentivos à abertura de caminhos, desde o período provincial, a Assembleia acompanhou e impulsionou a implantação de pontes em diferentes regiões, consolidando a integração territorial e econômica. Ponte do Cachoeiro de Sta. Leopoldina.

Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.



Desde cedo, a Assembleia Legislativa buscou ampliar o acesso à capital. Sem pontes para Vila Velha ou Cariacica, a circulação dependia das antigas barcas, as catraias. Já para o norte, Vitória contava com uma passagem de madeira, usada até por d. Pedro II em 1860. Projetos legislativos de 1858 e 1859 propuseram unir Vitória a Itacibá, Porto Velho ou, simplesmente, ao sul, sinalizando a prioridade da integração regional, concretizada apenas no século XX com novas pontes.

Vista panorâmica da Terceira Ponte. Data: Não identificada. Autora: Sarah Pratti. Acervo: Sarah Pratti.



A estruturação portuária foi decisiva para a inserção do Espírito Santo nas redes de circulação econômica. Desde o início do século XX, a Assembleia Legislativa atuou na viabilização de projetos que ampliaram a conexão do estado com outros mercados. Por meio de iniciativas como a Lei nº 864, de 1912, que autorizou o apoio financeiro à construção do Porto de Vitória, o Parlamento contribuiu para concretizar um projeto sonhado por gerações. Com obras iniciadas em 1906 e concluídas em 1940, o porto consolidou a capital como centro comercial estratégico e marcou a abertura do Espírito Santo ao comércio nacional e internacional.

Mapa técnico da construção do porto de Vitória. Data: 1926. Autor: Inspetoria Federal de Portos Rios e Canais. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.





Cais de Paul, em Vila Velha.
Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: IBGE.



Vista panorâmica da Baía de Vitória, onde se vê o Porto de Paul, o Porto de Vitória e o Centro de Vitória.
Data: Não identificada. Autor: Não identificado. Acervo: Instituto Jones dos Santos Neves.



Vista panorâmica do Complexo de Tubarão, em Vitória, inaugurado em 1966. Data: 1968. Autor: Não identificado. Acervo: Museu Vale do Rio Doce.



Ministerio da Cultura apresenta



190

CAMINHOS DA CIDADANIA



Brasão do Brasil

VALL













CINCO
TRAJETÓRIAS,
MÚLTIPAS LUTAS

Exposição de Arte e História
do Rio de Janeiro
em parceria com o
Museu de Arte Moderna
e o Museu Nacional



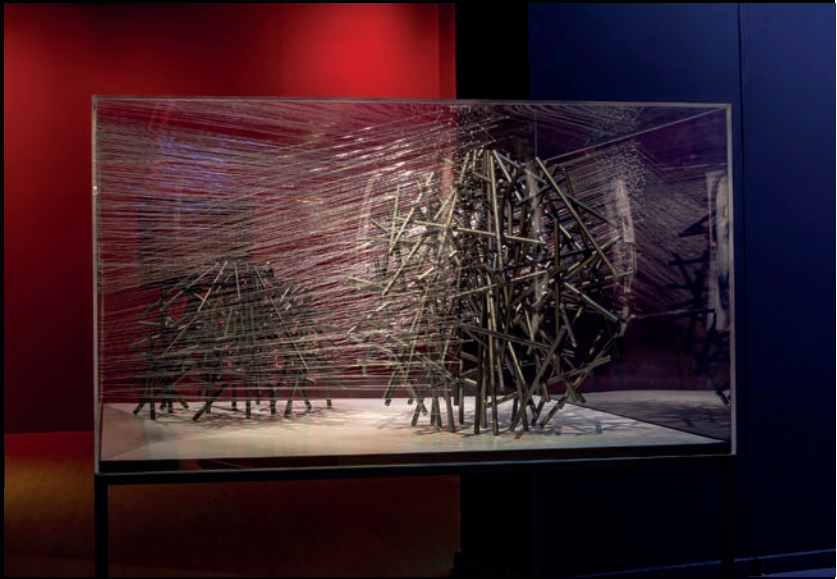
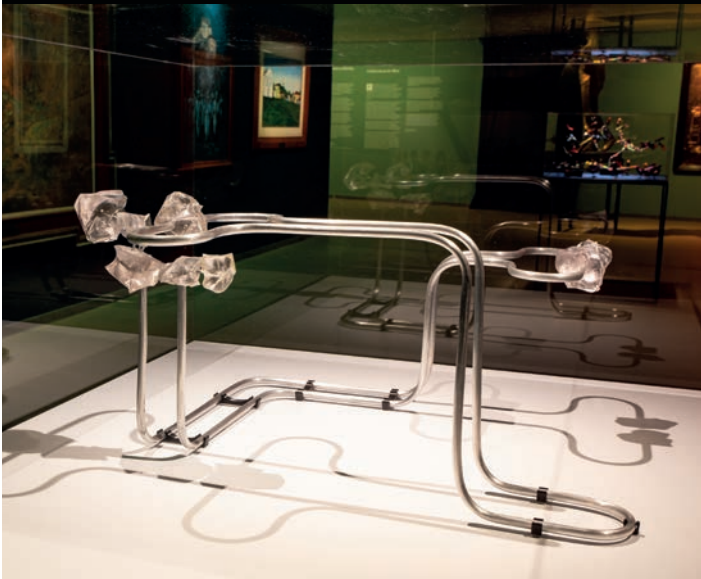
Cláudio Amâncio
Barbosa de Oliveira

Exposição de Arte e História

Museu de Arte Moderna
e Museu Nacional
Rio de Janeiro











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

Presidente
Marcelo Santos

1º Vice-Presidente
Dary Pagung

1º Secretário
Hudson Leal

2º Secretária
Janete de Sá

Deputados Estaduais
Adilson Espíndula
Alcântaro Filho
Alexandre Xambinho
Allan Ferreira
Bispo Alves
Callegari
Camila Valadão
Capitão Assunção
Coronel Welinton
Delegado Danilo Bahiense
Denninho Silva
Dr. Bruno Resende
Engenheiro José Esmeraldo
Fábio Duarte
Gandini
Iriny Lopes
João Coser
Lucas Polese
Marcos Madureira
Mazinho dos Anjos
Pablo Muribeca
Raquel Lessa
Sergio Meneguelli
Tyago Hoffmann
Vandinho Leite
Zé Preto

Secretário de Relações Institucionais
Giuliano Valladares Nader
Rangel

Subdiretora de Manutenção
e Execução de Obras
Karla Rodrigues C. dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Engenheiro Civil
Cássio Gímenes de Souza
Iedo Brunoro

Arquitetura
Denise Aquino dos Santos
Jade de Sousa Sodré

Engenheiro Eletricista
Eduardo Pinho Carpes
Vitor Oliveira Ferreira

Engenheiro Mecânico
Gabriel dos Santos B. Laureth

Administrador
André Pagotto

Técnico em Elétrica
Antônio José de Oliveira
Bernard Ribeiro Magnago
Delcio Tadeu Melotti
Ricardo Pereira Thom
Rogério Cláudio de Araújo

Técnico em Mecânica
Celso Nubio Coutinho

Estagiário em Engenharia Civil
Raphael Fabroni C. de Lima

Estagiário em Arquitetura
João Lucas L. Rodrigues

Estagiária em Arquitetura
Luíza Sperandio de Paula

Equipe terceirizada
Elicarlos dos Santos Nobre
Fabio Lima Santos
Marcos Elias Cabral da Silva
Natalino Fraga Borges

190 CAMINHOS DA CIDADANIA

EQUIPE CURATORIAL E PRODUÇÃO

Coordenação Geral
Pedro Martins

Curadoria
Ronaldo Barbosa

Produção Executiva
Pedro Martins

Gestão de Conteúdo
Hélio Gualberto Neto

Produção
Lupino Arte e Cultura
Lorena Simões

Gestão Administrativa
Simone Vieira

Assistente de Produção Executiva
Laryssa Gobbi

Estagiário de Produção
Gabriel Queiroz

PROJETO EXPOSITIVO

Projeto Expográfico
Ronaldo Barbosa

Arquitetura Expositiva
Lorena Simões

Design Gráfico, Identidade Visual
e Projeto Editorial
Felipe Gomes

Museologia
Flávia Fernandes Torres

Fotografia de Catálogo
Sérgio Araújo

CONTEÚDO HISTORIOGRÁFICO

Coordenação de Conteúdo Histórico
Adriana Pereira Campos
João Gualberto Moreira
Vasconcellos
Kátia Sausen da Motta

Pesquisa Histórica
Carolina Menconi
Letícia Franco do Nascimento
Vinicius Borges

Textos e Conteúdo Expositivo
Hélio Gualberto Neto
Ronaldo Barbosa
Adriana Pereira Campos
Kátia Sausen da Motta
João Gualberto Vasconcellos
Vinicius Borges

PROJETO EDUCATIVO

Arte-Educação
Mara Perpétua

Mediadores
Brenda Brito
Lucas Duarte Santos
Melyssa Ribeiro
Rubens B. de Medeiros Alves

PROJETO DE LUZ

Iluminação
Julio Katona
Daniel Rodrigues

AUDIOVISUAL

Audiovisual
PixxFluxx

Direção de Roteiro
Ronaldo Barbosa

Trilha Composta
Atonal Music

Sonorização
Alumiô

COMUNICAÇÃO

Comunicação
C2 Press

Assessoria de Imprensa
Aline Diniz

Social Media
Évelin Sala Lippaus

Revisão Ortográfica
Carlos Henrique Boninsenha

ARTISTAS

Ana Luzes
Andreia Falqueto
Bola
Carlo Schiavini
Elvys Chaves
Lando
Re Henri
Rick Rodrigues
Sandro Novaes

MONTAGEM E EXECUÇÃO

Cenotécnico e Plotagem
Imagiton

Montagem
André Magnago
Danilo Porphírio
Lucas Andrade
Sidney Porphírio
Victor Malta

Marcenaria
AG Cenografia

Serralheria
Ramelli Serralheria

Climatização
Friovip

Pintura
Adalto Correa
Aldecir Viana
José Carlos Loyola
Juarez Loyola
Welber Rocha

Molduras
Vitória FineArt

Impressão gráfica
GSA

AGRADECIMENTOS

ACOMAC, DME, Fabricio Fontana, SINDMAT, Idivarcy Martins (In Memoriam), Antônio Carlos Sessa Netto - Tonico (In Memoriam), Neucilene Fraga, Diego Locatelli, Dayan Mencer, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves, Biblioteca Central da UFES, setor de Coleções Especiais, Museu Vale, Biblioteca Pública do Espírito Santo, IPHAN-ES, Museu Solar Monjardim, Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Arquivo Público Municipal de Vitória, Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Federação das Indústrias do Espírito Santo, Secretaria da Casa Civil, Secretaria de Estado da Educação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

190 caminhos da cidadania / organização Ronaldo
Barbosa. -- Vitória, ES : Lupino Arte
e Cultura, 2026.

Vários autores.
ISBN 978-65-975943-0-6

1. Cidadania 2. Democracia 3. Espírito Santo
(ES) - Descrição 4. Exposições - Catálogos
5. História do Brasil 6. Política - Brasil
I. Barbosa, Ronaldo.

26-362020.0

CDD-700

Índices para catálogo sistemático:
1. Exposições : Catálogos : Arte 700

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Tipografia Larken e Graphie
Papel do miolo Couche fosco 170 g/m²
Impressão Gráfica GSA
Tiragem 1000 un.

 **LUPINO**
arte e cultura